

1 **Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, reuniram-se de**
2 **modo on-line para a primeira reunião extraordinária do Conselho Estadual de Cultura**
3 **(CONSEC) os seguintes conselheiros:** Luciana Casagrande Pereira Ferreira (SEEC/PR), Adriana
4 Teles de Souza (SEED/PR) Alberto Schramm Portugal (macrorregião Campos Gerais), Allan
5 Rogério Gaitarosso (macrorregião Noroeste), Anna Paula Zetola (FIEP), Ana Paula da Silva
6 (macrorregião Nordeste), Caetano Pires Tossulino (Populares, Tradicionais e Étnicas da
7 Cultura), Crystiane Aparecida Martins Borba (macrorregião Nordeste), Dheferson dos Santos
8 Ferreira (macrorregião Oeste), Eder Fernando Nascimento (SEED/PR), Edevir Massao
9 Scroccaro (macrorregião Campos Gerais), Elietti de Souza Vilela (SEEC/PR), Francielle Coppini
10 Misturini (macrorregião do Centro-Sul), Gilmara Gastaldon Piantá (macrorregião Litoral),
11 Giovanni Amaral Cosenza (Teatro), Hércio Luiz Wendler Kovaleski (macrorregião Campos
12 Gerais), James Rios de Oliveira Santos (Universidades Estaduais do Paraná), Joaquim
13 Rodrigues da Costa (dirigente municipal Oeste), João Victor da Silva Simião (macrorregião
14 Noroeste), Laércio Lopes de Araújo (SEFA/PR), Leonardo Franceschi Ferreira (Música),
15 Mariana Souza Bernal (CAC/SECC/PR), Maristela Massaro Carrara Bruneri (SESC/PR), Maria
16 Agar Vieira Borba Ferreira (macrorregião Nordeste), Nadir Vozivoda (macrorregião Centro-
17 Sul), Norbert Heinz (macrorregião Centro-Sul), Pedro Augusto Pereira Gonçalves (dirigente
18 municipal Curitiba e Região Metropolitana), Rafael Torrente (dirigente municipal Noroeste),
19 Rosane Kaminski (Audiovisual), Silvio Kurzlop (macrorregião Curitiba e Região
20 Metropolitana), Simone Painim (dirigente municipal Sudoeste), Solange Cristina Batigliana
21 (Patrimônio Cultural), Soraya Lucas do Amaral (macrorregião Nordeste). Também
22 participaram Danielle Soares Brito, Danilo Peres Buss, André Avelino da Silva, Christianne
23 Lunardelli Salomon e Luciene Bracht. O secretário e presidente do CONSEC não conseguiu
24 comparecer por incompatibilidade de agenda. A secretária-geral Elietti realizou a leitura da
25 resolução publicada que concedeu a presidência da reunião e a palavra à superintendente
26 Luciana. Ela cumprimentou a todos, fez a chamada nominal dos presentes e realizou a leitura
27 da pauta, sendo: posse dos novos conselheiros, aprovação das atas, orientações para uso do
28 e-Protocolo para assinatura das atas e resoluções de forma on-line pelos conselheiros,
29 bolsas destinadas ao setor da Cultura, continuidade do diálogo sobre a proposta de bolsas
30 para o setor cultural, informes gerais e outros temas. Luciana realizou o início da cerimônia
31 de posse e leitura do ato, sendo empossados titulares e suplentes representantes dos
32 dirigentes municipais de Cultura, escolhidos pelo Poder Executivo Estadual e com data de
33 exercício de 12 de abril de 2021 a 6 de maio de 2022. Os nomes dos novos conselheiros
34 titulares são: Edevir Massao Scroccaro (dirigente municipal de Cultura da Lapa); Maria Agar
35 Vieira Borba Ferreira (dirigente municipal de Cultura de Apucarana); Nadir Vozivoda
36 (dirigente municipal de Cultura de Prudentópolis). Os suplentes: Alberto Schramm Portugal
37 (dirigente municipal de Cultura de Ponta Grossa); Ana Paula da Silva (dirigente municipal de
38 cultura de Santa Helena); Crystiane Aparecida Martins Borba (dirigente municipal de Cultura
39 de Jandaia do Sul); Francielle Coppini Misturini (dirigente municipal de Cultura de União da
40 Vitória), João Victor da Silva Simião (dirigente municipal de Cultura de Maringá), Simone dos
41 Santos Painim (dirigente municipal de Cultura de Pato Branco); Thiago Afonso de Souza
42 (dirigente municipal de Cultura de Antonina). A superintendente parabenizou os
43 conselheiros, houve uma salva de palmas e em seguida Luciana pediu para todos se
44 apresentarem. Após a apresentação dos conselheiros mais novos, houve uma breve
45 apresentação dos mais antigos. O conselheiro Hércio solicitou ordem para realizar dois
46 requerimentos verbais. O primeiro dizia respeito ao pedido, pois disse que precisava ser
47 formalizada a anulação dos efeitos da votação realizada na última reunião, para a não leitura
48 das atas, visto que segundo ele era contra o Art. 11 do regimento interno do Conselho. O
49 segundo dizia respeito, gentilmente, à suspensão do nome do conselheiro Laércio como
50 componente do grupo de trabalho de fiscalização das denúncias da Lei Aldir Blanc. Hércio

51 justificou com um encaminhamento para a mesa diretora para formalizar o segundo
52 requerimento e pediu a substituição do nome do conselheiro. Elietti, na condição de
53 secretária-geral, lembrou os conselheiros que a plenária é soberana e pode, inclusive, mudar
54 o regimento. Com relação ao conselheiro Laércio, ela disse que a suspensão seria
55 equivocada e apenas conceitual. Leonardo solicitou a Elietti que se respeite a ordem das
56 falas, e apoiou e reforçou os requerimentos realizados pelo conselheiro Hécio. Leonardo
57 concordou com Elietti sobre a soberania da plenária, mas, no entanto, quando se refere ao
58 regimento, necessita ser seguido o rito determinado. Ele explanou que os conselheiros
59 podem alterar o regimento, mas precisa ser realizado em consenso. Leonardo frisou a
60 importância salutar dessa alteração, mas em outro momento. O conselheiro sugeriu realizar
61 a leitura das atas em blocos, por exemplo, atas das reuniões ordinárias, num segundo
62 momento a aprovação e leitura das atas extraordinárias. Depois disso, Leonardo sugeriu
63 tratar dos grupos de trabalho e questionou o que formaliza uma aprovação de atas. Em seu
64 entendimento, seriam as próprias atas. Leonardo pontuou que está apenas sendo incluídas
65 sugestões e não estão sendo realizadas essas leituras. Soraya relatou sua angústia para
66 realizar as leituras e aprovações das atas, não sendo da maneira que gostaria de
67 desempenhar, extrapola a capacidade de trabalho. Ela questionou os conselheiros sobre
68 quem entende o regimento para realizar uma votação consciente. Soraya apoiou a leitura
69 das atas e em seguida realizou sua justificativa. A conselheira finalizou apoiando os
70 apontamentos do conselheiro Leonardo para a criação de metodologia e planejamento para
71 juntos superar a aprovação das atas e alteração do grupo de trabalho de fiscalização. Laércio
72 realizou uma manifestação sobre as duas colocações, sendo que em primeiro lugar a
73 democracia e a ordem dentro de um estado de direito seguem uma determinada lógica,
74 sendo impossível à construção ser realizada em uma reunião um assunto é deliberado e, na
75 outra, retirado. Ele declarou não estar defendendo as posturas do governo ou do Estado.
76 Segundo Laércio, são assuntos diferentes, pois seu cargo público é estadual e sua função é
77 eletiva. Ele justificou que, apesar de sua indicação ser governamental, o interesse é na
78 Cultura. Laércio explicou que seu trabalho no Conselho, no final do ano, foi exatamente
79 permitir que o Conselho realize o máximo possível. Ele lembrou que a votação da leitura
80 das atas não seria em blocos e deixou claro que seu voto nas próximas reuniões. Laércio
81 declarou que as atas necessitam ser lidas e votadas na reunião subsequente e
82 contextualizou sobre a provocação realizada pelo conselheiro Hécio referente à sua
83 participação no grupo de trabalho de fiscalização. Finalizou citando que o Conselho é
84 paritário em prol da Cultura e contextualizou sua posição para esclarecimentos. Luciana
85 informou que para não haver insegurança jurídica nas decisões do Conselho, o tema está
86 superado e será tratado no próximo tema da pauta. Contudo, sobre o questionamento do
87 conselheiro Leonardo, referente ao regimento, Luciana explicou que todos têm o dever de
88 ler as atas e sugeriu que os conselheiros tenham os documentos em mãos durante as
89 reuniões. Hécio pontuou que há pessoas inscritas para a fala e solicitou uma réplica ao
90 conselheiro Laércio. Gilmara questionou que, para seu entendimento, há inscrições, e foi
91 determinado que os conselheiros não vão falar sobre a continuidade da situação. Luciana
92 esclareceu que será realizada a introdução da pauta e serão seguidas as ordens de fala. A
93 superintendente frisou que nunca houve cerceamento da palavra. O segundo tema foi a
94 aprovação das atas, apresentado por mim, Franciele. O início foi com a quantidade das atas,
95 a serem aprovadas pelos conselheiros, sendo: Alan: 4; Caetano: 5; Dheferson: 4; Gilmara: 4;
96 Giovanni Cosenza: 8; Hécio: 7; Leonardo 8; Norbert: 3; Rafael: 4; Rosane: 3; Silvio: 4; Soraya:
97 6; e por todos os demais conselheiros todas foram aprovadas. Citei que a “Ata 24 – Grupo de
98 trabalho dos dirigentes” estaria para aprovação. Após apresentação realizada, foi aberta
99 para apontamentos. Giovanni Cosenza cumprimentou a todos, parabenizou pelo trabalho e
100 solicitou a disponibilização do material e um print com as aprovações realizadas. Cosenza

101 demonstrou preocupação com alguns apontamentos do conselheiro Laércio, em relação à
102 análise de que o Conselho seria paritário. Segundo o conselheiro Cosenza, na prática não é, e
103 há a questão das cadeiras vacantes a serem preenchidas pela eleição do Conselho. Segundo
104 ele, há uma disparidade que também pode ser arbitrária, mas não é. E quando se realiza um
105 questionamento, é abandonada uma questão de suma importância. O conselheiro
106 compartilhou todo projeto de lei e que, na maioria das vezes, há o item extinção do exame
107 da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, sendo realizada uma revisão dos projetos.
108 Cosenza finalizou citando a importância de ser realizada novamente a votação que, por um
109 descuido no regimento em relação à presença ou ausência de um conselheiro em um grupo
110 de trabalho, optou-se por não discutir. O conselheiro Dheferson cumprimentou os
111 presentes, parabenizou a apresentação feita pela superintendente Luciana e citou que iria
112 sugerir uma planilha de aprovação das atas. Ele apoiou tanto a leitura das atas em plenária
113 quanto o posicionamento de Soraya e concordou com a aprovação em bloco das atas.
114 Dheferson sugeriu que as atas do grupo de trabalho sejam tratadas por último, demonstrou
115 indignação pela solicitação de que as atas sejam aprovadas em uma semana e sugeriu que
116 essa estrutura de aprovação seja repensada. Norbert reforçou os apontamentos dos
117 conselheiros Leonardo, Dheferson e Giovanni em relação às atas anteriores e aos
118 comentários a respeito do conselheiro Laércio. Gilmara cumprimentou os presentes, citou
119 sua fala ter sido contemplada pelos apontamentos dos conselheiros anteriores, demonstrou
120 preocupação sobre o regimento de votação das atas e, sobre o conselheiro Laércio,
121 manifestou que concorda com Hércio na questão da suspensão. Gilmara disse que discorda
122 de Laércio quando cita que não está sendo respeitada a democracia e esclareceu que o
123 apontamento de Hércio seria incoerência. Hércio questionou a secretária-geral Elietti sobre o
124 regimento e que se a reunião plenária é soberana, pode ser tomado como princípio de que a
125 reunião é soberana. Ele solicitou a necessidade de ser revisado urgentemente o regimento e
126 a necessidade da leitura das atas. O conselheiro apoiou a sugestão da Luciana sobre os
127 novos conselheiros. Hércio questionou o conselheiro Laércio sobre em qual momento foi
128 desrespeitoso, antidemocrático e deslegitimou o colega. Disse que foi o contrário, reforçou o
129 fato de que sua cadeira é importante e contextualizou seu ponto de vista. Hércio explicou
130 que o Conselho hoje não é paritário, justificou que do total de trinta e duas cadeiras, foram
131 distribuídas 18 para o governo e 14 para a sociedade civil. O conselheiro demonstrou
132 preocupação com a citação do conselheiro Laércio no trecho que segue: “informa que define
133 em uma assembleia e desfaz em outra”. Hércio citou que tal fato não pode se tornar uma
134 prática, reforçou que sua solicitação é apenas para que seja revisto um erro cometido
135 coletivamente e foi bastante respeitoso. Apenas realizou uma solicitação referente ao
136 conselheiro Laércio. Solange pontuou sobre o assunto tratado no início da reunião e frisou
137 tanto sobre a importância dos presentes de se manifestarem e a própria existência do
138 Conselho Estadual de Cultura do Paraná. A conselheira contestou a necessidade de ver o
139 regimento de maneira integral, observou no regimento que o Art.15, §1 e §2 trata sobre o
140 funcionamento das reuniões, por isso que se usa esse termo de que como de costume a
141 plenária é soberana. Solange esclareceu que o Art.11 citado pelo conselheiro Hércio é uma
142 das obrigações do secretário executivo. Ela refletiu que a comissão criada será importante
143 para o trabalho de verificação de todos os apontamentos, para que possam ser depurados.
144 Deu como exemplo que caso haja algum problema com as atas, poderá ser apontado de
145 forma legitimada. A conselheira solicitou que seja realizada a leitura da ata da reunião
146 passada e a instalação da comissão. Rosane cumprimentou os presentes, citou ter sido
147 surpreendida pela quantidade de atas que aprovou e informou ter respondido apenas uma
148 para aprovação. Diante disso, ela refletiu que não pode ser apenas três no aguardo da
149 aprovação e questionou como está sendo considerada a aprovação. A conselheira
150 concordou com os colegas quanto à leitura e conseqüente aprovação acontecerem no início

151 da reunião pelo fato de ter inúmeras a serem aprovadas. Sugeriu como opção ser realizada
152 uma reunião extraordinária apenas para serem tratadas essas aprovações. Luciana solicitou
153 que os apontamentos sejam mais sucintos, devido ao horário da reunião. Pela pauta, já
154 deveria ser a hora de discutir o tema bolsas destinadas ao setor da Cultura. Ela justificou aos
155 novos conselheiros o motivo das atas não terem sido aprovadas e realizadas no ano de 2020.
156 Sobre a aprovação das atas, ficou definido que os conselheiros iriam realizar a leitura
157 individualmente e lembrou como foi questionado na votação para que o tempo de reunião
158 fosse utilizado para ler as atas e fazer as correções/discussões, ou se poderia ser lido
159 individualmente, fazer todas as alterações que julgassem necessárias para posterior
160 encaminhamento à secretária executiva do Conselho para as correções necessárias,
161 aprovação e em seguida publicizar. Sobre os apontamentos ao conselheiro Laércio, o grupo
162 já foi criado na reunião passada e esclareceu que sobre a questão da posição do conselheiro
163 Laércio é preciso entender que todos estão na mesma posição, o governo e a sociedade civil.
164 Luciana relatou que todos têm interesse em investigar as denúncias, tanto que na
165 Superintendência foi criada uma comissão de análise de toda e qualquer denúncia recebida.
166 Elietti lembrou os conselheiros que, excepcionalmente, o Conselho decidiu em plenária que
167 não faria a leitura das atas devido ao volume de atas acumuladas e pela quantidade de
168 reuniões realizadas no ano de 2020, sendo trinta e uma ao todo. Elietti explicou que a
169 plenária é soberana, as atas são a de gravação do gravado, além do registro por escrito,
170 sendo deliberado no Conselho e, excepcionalmente, votar a aprovação da ata por e-mail ou
171 WhatsApp. Leonardo disse ter as seguintes dúvidas: na identificação e em qual reunião foi
172 aprovado em unanimidade o valor de R\$ 5 milhões para os técnicos e um edital direcionado
173 para os grafiteiros. Leonardo citou a dificuldade de relacionar os acontecidos na ata pela
174 temporalidade e questionou o motivo que não ter sido implementado no pacote de editais.
175 O conselheiro concordou com a fala da Elietti, refletiu sobre alguns acontecimentos
176 realizados anteriormente, propôs a extensão do tema, para que seja realizado o que
177 exatamente seria necessário para aprovação das atas. Finalizou destacando que enquanto a
178 ata não for aprovada, não poderá ser publicizada e é preciso seguir o rito do regimento.
179 Franciele solicitou uma questão de ordem, para responder Dheferson. Ela esclareceu sobre a
180 data de envio das atas, que foi no dia cinco de abril para que fossem lidas. Franciele explicou
181 para Rosane que das atas 4 e entre 23 e 31 participou apenas de quatro reuniões. Lembrou
182 que as outras reuniões foram realizadas por seu suplente, que as aprovou. Franciele aprovou
183 apenas uma, baseado no controle das conversas e mensagens. Hércio reiterou que todos os
184 itens de pautas são de extrema importância, demonstrou preocupação por causa da
185 suspensão, pois segundo ele esse tema tratado não é relevante e reforçou a importância de
186 seguir e respeitar o regimento. O conselheiro solicitou que o envio das atas fosse realizado
187 por blocos e sugeriu a leitura das atas na atual reunião, com temas sendo tratados
188 separadamente para que todos possam dar conta dos assuntos. Hércio reiterou que a ata é o
189 documento que ficará registrado da reunião. Luciana solicitou que as atas fossem
190 encaminhadas novamente por blocos da maneira solicitada pelos conselheiros e informou
191 que não está pressionando ninguém pela demora ou agilidade na aprovação das atas. Na
192 sequência foi realizada a leitura da ata da 2ª reunião ordinária do CONSEC, realizada no dia
193 13 de abril de 2021 e em seguida um intervalo. O terceiro item da pauta a ser tratado foi sobre
194 as bolsas destinadas ao setor da Cultura, continuidade do diálogo sobre a proposta de bolsas
195 para o setor cultural, realizado pelo assessor jurídico Danilo. Ele iniciou com a leitura do que
196 foi abordado pela Procuradoria-Geral do Estado, citou o protocolo nº 16.796.923-2, consulta
197 sobre a proposta de Bolsa Social ante a Lei Federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc) e
198 contextualizou o parecer negativo, na época, aplicado na Lei Aldir Blanc. O assessor jurídico
199 também complementou que o parecer deixa claro a questão de não confundir os
200 instrumentos, contextualizou o que o legislador realizou nos três incisos e, caso fosse

201 executado, a bolsa proposta no terceiro inciso seria uma ilegalidade. Leonardo informou que
202 a reunião não está sendo transmitida e Luciana esclareceu que a transmissão foi encerrada
203 porque o tema é assunto privilegiado. Hélcio demonstrou interesse na explanação dos
204 assessores jurídicos, agradeceu a explicação e parafraseou uma fala da Elietti, no trecho “O
205 Estado deve buscar as investigações”. Hélcio questionou a informação, por ser nova a ele,
206 sobre a origem dos recursos. Ele se referiu ao valor de R\$ 3 milhões vem do orçamento de
207 “guerra” e, por conta disso, lembrou essa consubstanciada nas atas. Segundo ele, o inciso
208 três seria mais complexo, e todo o recurso é essencialmente emergencial, como a própria lei
209 tem esse caráter. O conselheiro questionou se havia conhecimento por parte dos assessores
210 jurídicos dessa informação previamente e, se tinha, por que foi levada em consideração para
211 dar esse parecer. Danilo pontuou e esclareceu sobre o questionamento do conselheiro que
212 necessita ser analisado mais pelo aspecto da própria Lei Aldir Blanc do que necessariamente
213 da origem orçamentária do recurso. Segundo ele, o exposto é um mecanismo que se valia
214 como proposta os recursos provenientes da Lei Aldir Blanc e não o viés sobre a origem do
215 recurso. O assessor jurídico André complementou que a origem do recurso serve para o
216 Governo Federal, sendo realizado um orçamento paralelo para as despesas decorrentes do
217 enfrentamento da pandemia, para não ultrapassar o teto. André frisou a necessidade de
218 execução que segue a Lei 8.666/93 14.017/20 e o decreto da Lei Aldir Blanc. Luciana
219 questionou aos conselheiros inscritos, se há possibilidade de apresentar sobre a proposta da
220 bolsa e, na sequência, seria garantida sua fala. Luciana deu início à apresentação de
221 conteúdo, sendo fomento e continua no inciso III, foi proposto uma bolsa qualificação, seria
222 em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, no curso de produção cultural.
223 Luciana citou objetivos, metas, metodologia de ensino – aprendizagem, conteúdo
224 programático, missão, os critérios de acesso. Finalizou explicando que após ter o número de
225 vagas e valor definidos serão encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, mas
226 informalmente dessa forma não há impedimento legal e foi aberto para inscrição. Leonardo
227 parabenizou a apresentação, informou ser bastante interessante e pontuou possibilidades
228 de telecentros, com agendamento e de acordo com as diretrizes sanitárias. O conselheiro
229 questionou se o curso teria um horário fixo e se poderá ser utilizado todo o recurso da Lei
230 Aldir Blanc nesse processo ou se haverá outros editais. Ele frisou a importância das
231 distribuições entre as macrorregiões e ironicamente questionou se os conselheiros poderiam
232 participar dessa proposta. Laércio complementou um apontamento do assessor jurídico
233 André sobre os recursos da Lei Aldir Blanc serem de calamidade pública e explicou os
234 processos. Segundo ele, o recurso estaria fora do orçamento e por isso não vieram do Fundo
235 Nacional de Cultura e sim em uma rubrica especial. O conselheiro parabenizou a bolsa
236 proposta e refletiu sobre o projeto de Lei 795/20, cedendo aos municípios a execução dos
237 recursos. Hélcio agradeceu o esclarecimento do conselheiro Laércio, informou ser uma
238 proposta interessante e questionou sobre os prazos e quanto tempo demorará para o
239 recurso chegar a quem precisa. Ele relatou uma pesquisa do Observatório de Cultura,
240 informou que poderia ser utilizado o dinheiro com o fomento e por isso a proposta
241 idealizada a princípio pelo conselheiro Gehad partiu desse princípio. Hélcio demonstrou
242 preocupação com os editais da Lei Aldir Blanc, a crítica sobre a exigência mínima, que em
243 parte tem ligação com a Lei Aldir Blanc. Em relação aos recursos, o conselheiro sugeriu que
244 por ser uma bolsa de caráter emergencial e de qualificação, o valor não poderia ser ampliado
245 para contemplar uma situação de penúria. Sobre o questionamento de Leonardo, os
246 conselheiros não poderiam participar, apenas se solicitarem renúncia e em qual momento é
247 permitido encaminhar uma proposta para os técnicos. Giovanni Cosenza parabenizou pela
248 proposta e demonstrou preocupação com os artistas mirins e sobre o fato de que as aulas
249 seriam gravadas ou por atividade presencial. O conselheiro entende a questão da bolsa para
250 maiores de dezoito anos, sugeriu ser pensado um curso de extensão para atender a

251 população juvenil, e questionou quantos membros de uma família poderiam fazer parte do
252 curso e como funcionará. Sobre o material de estudo Cosenza sugeriu ser interessante
253 parcerias com instituições, prazos longos, para atendimento amplo e horário múltiplos, e
254 sugeriu a possibilidade de um curso de apreciação cultural com flexibilidade de cursos e
255 horários. A conselheira Soraya informou que a proposta não a contempla e que há um atraso
256 histórico da política pública do Paraná. Ela relatou que está mapeando os artistas no Estado,
257 desde o ano passado e informou que falta mudar a essência do edital, principalmente com o
258 critério de entidade trabalhista, realidade urbana e metropolitana. Soraya explicou que não
259 sendo pensada a realidade de municípios pequenos e não está sendo suprida a necessidade
260 dos públicos. Ela relatou a imersão que realiza, ao relatar que alguns artistas não têm
261 primeiro e segundo graus, mas são supertalentosos. A conselheira atestou que a emergência
262 não está sendo levada em conta nos editais e questionou qual o tipo de perfil de artista que
263 está sendo realizado nessa informação. Ela finalizou informando que gostou a ideia da bolsa,
264 mas pontuou que não seria de emergência, e relatou a realidade em seu município. Joaquim
265 informou a necessidade de repensar na dinâmica da reunião, parabenizou a iniciativa
266 proposta e relatou que em seu município há uma proposta parecida. O conselheiro entende
267 a angústia de Soraya e realizou os apontamentos de como os conselheiros poderia contribuir
268 no desenho desse perfil. Os artistas atuantes seriam vistos no processo em outras áreas,
269 principalmente técnicas, além da produção e prazo do repasse, cronograma, lembrou sobre
270 o projeto na fala do Giovanni, chamado Vira Vida e Pronatec. Hélcio informou que foi
271 protocolado na Assembleia Legislativa do Paraná o projeto de Lei 16821 que estabelece
272 diretrizes para criação da Bolsa Cultura Paraná. Ele apoiou as falas de Soraya e Joaquim,
273 questionou sobre o prazo ser mais curto e sem tanta burocracia e se a proposta sofrerá
274 alterações. Leonardo apoiou o apontamento do Laércio sobre a possibilidade dos
275 conselheiros realizarem os cursos, porém, logicamente sem o recebimento dos recursos
276 referentes a proposta de bolsa e concordou com as falas de Joaquim e Soraya. O conselheiro
277 solicitou que fosse pensado na possibilidade de cursos de iluminação, sonoplastia,
278 cenografia, e ajudar a nível escolar. Leonardo relembrou o Festival Fera para enquadrar os
279 povos tradicionais e circenses, e sugeriu cotas específicas objetivando o alcance. Luciana
280 informou que quanto mais sugestões saírem da reunião com deliberações, melhor – pelo
281 caráter urgente do tema. Elietti sugeriu aprimorar a proposta e ser tratada em uma reunião
282 extraordinária. Luciana apontou para a equipe a possibilidade de ser realizado como nos
283 editais, chamamento para renda emergencial, aberto por um período e depois reaberto. Ela
284 frisou que no momento esta proposta de bolsa qualificação é para esse tema e podemos
285 oferecer outros tipos de cursos, por exemplo, o técnico pode participar de um edital de
286 iluminação, sendo lançadas algumas bolsas e modalidade de cursos. Elietti reforçou o
287 esclarecimento sobre a fala de Laércio sobre a lei. Segundo ela, no projeto aprovado foi
288 incluído como emenda e citou o Art.14 A: pode ser executado o recurso pelo Estado. André
289 reforçou que a fonte é da Lei Aldir Blanc para os cursos e o pagamento da universidade será
290 da fonte própria. Quanto aos outros assuntos, de idade, a priori parece que é necessário
291 seguir a Lei Aldir Blanc e será estudado a respeito. Luciana informou que a ideia é não ter
292 cotas e atender a todos. Giovanni sugeriu uma consulta aos povos tradicionais, para
293 viabilidade de cursos a serem beneficiados. Elietti sugeriu alterar essa primeira versão para
294 um programa de qualidade, com atendimento de diversos cursos, direcionado aos
295 trabalhadores de Cultura. Luciana realizou o encaminhamento para o projeto ser encaminhado
296 já à PGE ou se há necessidade de marcar uma reunião extraordinária. Foi definido que será
297 realizada uma nova reunião, e foi observado que por maioria, quase absoluta, a ideia foi
298 apreciada com o aprimoramento. Sem nada mais a tratar, a reunião foi encerrada e
299 secretariada por mim, Franciele dos Santos Bernabé Fernandes, que relatei esta ata e segue
300 assinada por mim e pelos seguintes conselheiros.

Curitiba, 20 de abril de 2021.



Franciele dos Santos Bernabé Fernandes
Secretária Executiva do CONSEC – SECC/PR

Adriana Teles de Souza
SEED/PR

Alberto Schramm Portugal
Macrorregião Campos Gerais

Allan Rogério Gaitarosso
Macrorregião Noroeste

Anna Paula Zetola
FIEP

Ana Paula da Silva
Macrorregião Nordeste

Caetano Pires Tossulino
Populares, Tradicionais e Étnicas da Cultura

Crystiane Aparecida Martins Borba
Macrorregião Nordeste

Dheferson dos Santos Ferreira
Macrorregião Oeste

Eder Fernando Nascimento
SEED/PR

Edevir Massao Scroccaro
Macrorregião Campos Gerais

Elietti de Souza Vilela
SECC/PR

Francielle Coppini Misturini
Macrorregião Centro-Sul

Gilmara Gastaldon Piantá
Macrorregião Litoral

Giovanni Amaral Cosenza
Teatro

Hélcio Luiz Wendler Kowaleski
Macrorregião Campos Gerais

James Rios de Oliveira Santos
Universidades Estaduais do Paraná

Joaquim Rodrigues da Costa
Dirigente municipal Oeste

João Victor da Silva Simião
Macrorregião Noroeste

Laércio Lopes de Araújo
SEFA/PR

Leonardo Franceschi Ferreira
Música

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Superintendente da Secretária de
Comunicação Social e da Cultura

Soraya Lucas do Amaral
Macrorregião Nordeste

Solange Cristina Batigliana
Patrimônio Cultural

Mariana Souza Bernal
CAC/SECC/PR

Maria Agar Vieira Borba Ferreira
Macrorregião Nordeste

Maristela Massaro Carrara Bruneri
SESC/PR

Nadir Vozivoda
Macrorregião Centro-Sul

Norbert Heinz
Macrorregião Centro-Sul

Pedro Augusto Pereira Gonçalves
Macrorregião Curitiba e Região
Metropolitana

Rafael Torrente
Dirigente municipal Noroeste

Rosane Kaminski
Audiovisual

Silvio Kurzlop
Macrorregiões Curitiba e Região
Metropolitana

Simone Painim
Macrorregião Sudoeste

Solange Cristina Batigliana
Patrimônio Cultural

Soraya Lucas do Amaral
Macrorregião Nordeste

Documento: **03200420211ReuniaoExtraordinariadoConselhoEstadualdeCultura.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Luciana Casagrande Pereira Ferreira** em 30/06/2021 22:29, **Dheferson dos Santos Ferreira** em 06/07/2021 15:22, **Elietti de Souza Vilela** em 07/07/2021 16:59, **Nadir Vozivoda** em 21/07/2021 09:10.

Assinatura Simples realizada por: **Franciele dos Santos Bernabé** em 21/06/2021 14:52, **Gilmara Gastaldon Pianta** em 21/06/2021 15:03, **Anna Paula Zetola** em 21/06/2021 15:19, **Caetano Pires Tossulino** em 21/06/2021 15:21, **Andre Avelino da Silva** em 21/06/2021 15:44, **Joaquim Rodrigues da Costa** em 21/06/2021 15:53, **Mariana Souza Bernal** em 21/06/2021 17:02, **Rosane Kaminski** em 21/06/2021 17:34, **Laercio Lopes de Araujo** em 22/06/2021 09:30, **Solange Cristina Batigliana** em 22/06/2021 09:56, **Eder Fernando do Nascimento** em 22/06/2021 11:41, **Danilo Peres Buss** em 22/06/2021 16:16, **Edevir Massao Scroccaro** em 22/06/2021 16:23, **Pedro Augusto Pereira Goncalves** em 25/06/2021 11:20, **James Rios de Oliveira Santos** em 25/06/2021 14:39, **Maristela Massaro Carrara Bruneri** em 25/06/2021 18:05, **Luciene Pereira de Cristo Bracht** em 28/06/2021 13:49, **Silvio Kurzlop** em 28/06/2021 19:12, **Rafael Lucas Torrente** em 30/06/2021 16:52, **Soraya Amaral** em 01/07/2021 10:13, **Alan Rogério Gaitarosso** em 01/07/2021 10:31, **Norbert Padilha Heinz** em 06/07/2021 10:30, **Simone dos Santos Painim** em 09/07/2021 13:35, **Leonardo Franceschi Ferreira** em 12/07/2021 15:38.

Inserido ao protocolo **17.770.149-1** por: **Franciele dos Santos Bernabé** em: 21/06/2021 14:51.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:

3cbbd9544c7c68481413ec290882a48c.